1. Introdução

1.1 Do silêncio à fala: um começo de conversa

Desde a imagem de Harpócrates, a divindade egípcia que posiciona o dedo sobre os lábios como se estivesse pedindo silêncio, a mulher em distintas sociedades e grupos silenciou sua voz perante a presença do masculino. O silenciar-se vem de todos os lados e quem ousaria quebrar, com um ruído sequer, a fala grossa imposta pelo dono do “falo”? No decorrer da história, as mulheres não eram tomadas em conta e nem por isso deixaram de existir. Em épocas mais recentes, seu lugar foi destinado a ser, ora na cozinha ora embalando os rebentos seus e ora os dos outros. Estudar? Nem pensar! Aprenderiam a serem donas do próprio nariz, traduziriam todo seu romantismo em cartas para o ser amado por elas escolhidos e não aceitariam casamentos arranjados. Muitas vezes, a centenária D. Maria – minha avó – quis falar através das palavras, mas lhe fora imposto o silêncio das letras. Que vozes lhes era ensinada ainda nos braços maternos?

—Cala a boca, menina!

—Cala a boca, mulher!

—Calada! Como dizia um famoso personagem humorístico brasileiro na década de 1980.

Considerar as falas da mulher na sociedade brasileira é se ocupar em tecer uma história marcada por narrativas muitas vezes silenciosas, anônimas e submissas. Porém, outras vezes, estas vozes são gritos de guerreiras; são falas políticas; articulam-se de maneira independente. Cada qual utiliza um estilo próprio e apresenta agendas específicas; cada uma se enuncia de um ponto de vista diverso. Caberia aqui, se assim fosse possível, aproximar-me das inúmeras falas que constroem as múltiplas identidades da mulher na sociedade brasileira.

Historicamente, a presença das mulheres foi assumindo diferentes espaços na sociedade e reconfigurou a ordem social a partir das suas exigências

por direitos de voto, de participação política, de educação formal, de trabalho, de controle do corpo e da maternidade e de autonomia individual, entre outras. Essas questões trouxeram à tona discussões sobre a subalternidade feminina, que durante séculos permearam a sociedade brasileira e a sua decorrente invisibilização. Com estas agendas, o movimento feminista contribuiu para transformar as experiências de vida, principalmente, das mulheres brancas e heterossexuais brasileiras.

Quanto à mulher negra, suas pautas políticas mais específicas tomaram muito mais tempo para serem colocadas — pelo menos duas décadas a mais — principalmente devido ao fato de que estas, na sua maioria, não tinham acesso à educação de nível superior, cenário no qual o movimento feminista mais avançou no Brasil a partir dos anos 1970. Por outro lado, os limites impostos a sua autonomia, a sua visibilidade e ao controle das pautas políticas da militância negra no Brasil pelos indivíduos do sexo masculino foram razões que levaram muitas mulheres negras a se afastarem também do movimento negro brasileiro.

No contexto do movimento feminista brasileiro, as lésbicas — brancas ou negras — por razões de orientação sexual, experimentaram outros hiatos e suas questões políticas não foram também devidamente discutidas.

Seja através de reflexões como as de Simone de Beauvoir (1949), que problematizaram o “ser mulher” ou a bravura da dinastia Candace¹, eternizada pela tradição oral africana, a fala rompeu seu contrato e não cabe mais espaço para o silêncio.

São nossas múltiplas falas para fora dos armários e das cozinhas!

1.2. Proseando sobre raça, gênero e orientação sexual: o interesse pelo tema

Ainda criança, no início da década de 1980, no período escolar, deparei-me com a primeira fala sobre o racismo vinda de uma mulher negra “desbotada”,

¹ Dinastia de rainhas da África Oriental, que comandaram, antes da era cristã, um dos mais prósperos impérios do continente. Torna-se um conceito, através do qual a força da mulher negra se faz presente em lutas, conquistas e no legado matriarcal que venceu o tempo e as distâncias.

que é a minha mãe. Naquela época eu alimentava o sonho de ser *sinhazinha*² na festa da escola. Eufórica, um dia peguei muitas rifas para vender, acreditando que assim conseguiria transformar meu sonho em realidade. Ao chegar em casa retirando da pasta aquela infinidade de papéis que minhas mãozinhas negras suportavam segurar, dei a notícia a minha mãe com a certeza de que seria fácil ganhar, pois minha família se empenharia também em me ajudar. Nesse momento, a fala de minha mãe que sabia bem os lugares destinados aos negros/as, pois vivera isso na pele, disse-me em bom tom:

—Menina preta não é *sinhazinha*! Você pode vender muitas rifas, mas quem vai ganhar sempre será a mesma pessoa... é a *Fulaninha*, porque ela é branca, ou ‘quase’ branca!

Para nós crianças negras, não havia funções de destaque na escola. Não carregávamos o material da professora, muito menos passeávamos na casa dela. A notícia chegava sempre proclamada pelas coleguinhas brancas que contavam as peripécias do final de semana na casa da tia Fulana (nossa professora) que era também um sonho de todas nós.

Durante muito tempo acreditei que ser negra me colocava numa situação de inferioridade e desprestígio. A baixa autoestima e a falta de credibilidade no meu potencial foram aspectos que marcaram grande parte da minha vida.

Na adolescência, não conseguia aceitar o fato dos meninos terem vantagens, como por exemplo, não se responsabilizarem pelas tarefas domésticas, serem mais livres e nós meninas ficarmos tolhidas de muitas coisas. Numa fase mais adulta questionava as tarefas domésticas, a anulação feminina perante o masculino, como por exemplo, a permissão para namorar que só tinha validade após a aprovação paterna. Meus questionamentos muitas vezes foram vistos como “*avançadinha*” e em outros momentos ela ganhou título de fala de “*mulher moderna*”. Problematizei, inconformada, os brinquedos de “*dona de casa mirim*” que eram dados às meninas nos aniversários e em outras datas festivas; os anúncios de presentes para as mães sempre ligados às tarefas domésticas; a cor rosa afirmando-se como território feminino; a criação dos filhos/as como responsabilidade maior da mulher; e, outras vezes, também nas escrituras cristãs, o posicionamento da mulher que ganhava pauta nas minhas discussões. Fui compreendida por alguns homens e mulheres e em outras vezes, incompreendida.

² Personagem importante das quadrilhas nas festas juninas que representa a filha do dono da fazenda.

As formas como os papéis de gênero se apresentavam no meu entendimento e nas experiências do meu cotidiano despertava uma curiosidade em entender mais sobre sexualidade. O interesse e o receio se misturavam, pois na minha criação pouco se falava a respeito até porque o discurso e a prática religiosa tinha um papel significativo dentro de minha família.

A primeira fala que ouvi lá pelos idos de 2006 ao trazer a temática de orientação sexual para dentro da sala de aula foi: “O que as Paradas Gays têm a ver com o Serviço Social?” Uma colega intrigada com a minha ousadia em participar delas, justificava não ter preconceito algum. No entanto, não compreendia essa expressão do “carnaval colorido” como catalizadora de demandas sociais. Durante algum tempo, levantei uma bandeira solitária para defender que os desdobramentos da homossexualidade eram um território pouco, ou nada, conhecido e explorado nas intervenções da profissão.

Como acredito que o “acaso” e o “de repente” não acontecem, e que só colhemos aquilo que semeamos nos terrenos férteis da nossa história pessoal, a aproximação ao tema da diversidade sexual, especificamente da homossexualidade, aconteceu no início dos anos de 1990, quando minha vivência religiosa e social me levou a militar em prol dos portadores do vírus HIV, época em que a AIDS ainda tinha como personagem principal a população gay.

Durante o processo de formação e estágio na área de Serviço Social, tive contatos mais próximos com lésbicas, gays e travestis/transsexuais, o que foi importante para conhecer esses sujeitos de um ponto de vista mais reflexivo, sistematizado e menos do senso comum.

Conheci as tramas da noite, seus sujeitos e parceiros/as que se escondem ou se mostram nas esquinas e ruas através do Grupo Diversidade Niterói (GDN), uma organização não governamental que atua social e politicamente no campo da diversidade sexual e prevenção à DST no Rio de Janeiro. A partir dessa experiência quis entender mais sobre as paradas do orgulho LGBT³ e o que me inquietava era a invisibilidade das mulheres lésbicas dentro do próprio movimento e nas paradas⁴. Em seguida, a minha inserção como bolsista PIBIC com o projeto “O Movimento Social LGBT e o Papel da Religião” coordenado

3 A nomenclatura GLBT utilizada pelos movimentos sociais e pelo governo foi mudada para LGBT em 07 de junho de 2008, na Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais para dar mais significado as reivindicações das mulheres lésbicas.

4 Até início dos anos de 1960, falar em movimentos sociais significava referir-se à luta do proletariado. O movimento homossexual enquanto movimento social pauta seu surgimento no final dos anos de 1970 definindo seu projeto de politização da questão da homossexualidade. (Cf. Facchini (2005); Castells (2008)).

pelo Prof. Luís Corrêa Lima e no Grupo de Pesquisa Diversidade Sexual, Cidadania e Religião da PUC-Rio⁵, durante dois anos pesquisando sobre homossexualidade, colocou-me em contato com a literatura das ciências sociais sobre o tema e a dinâmica do movimento GLBT.

Revisitar a minha trajetória, a outra fala de minha mãe lá na infância que dizia que “o sucesso do/a negro/a é o estudo”, levou-me a um lugar inédito na minha família: a de primeira pessoa a ter uma formação em nível de mestrado. Muitos dos meus familiares nem sabiam o que isso realmente significava, mas traduziam no seu entendimento como algo muito bom. Era, de certa forma, um tipo de marcador de *status* para apresentar à vizinhança e demais familiares. Do outro lado, uma amiga militante do movimento negro me chamava de “negra jabuticaba” durante nossas conversas sobre a questão racial. Significava nesse linguajar “negra por fora e branca por dentro”. A minha fala, que outrora partia sempre da terceira pessoa do plural (“os negros/as”) assumiu a primeira pessoa. Era a minha história, meu povo, minha gente que se inter cruzava no gênero, na raça, e muitas vezes, na orientação sexual, e que não fazia parte desse universo em que eu me iniciava na universidade, colocando meus pés onde “se embranquece” à medida que se estreita o acesso a níveis mais elevados de formação.

O tema nasce como uma forma de romper com um silêncio muitas vezes imposto e que reforça a invisibilidade, levando essa mulher negra e lésbica – sujeita da interseccionalidade – a ocupar um lugar diferenciado e desigual perante os homens heterossexuais e homossexuais e mulheres negras e brancas heterossexuais. No entanto, procurei fazer um caminho até então pouco explorado e lancei-me ao desafio de dimensionar a interseccionalidade⁶ entre as relações de gênero, da raça e da orientação sexual.

Nesse contexto, a mulher lésbica aparece como um sujeito político que agrega estigmas por ser mulher, ser negra e ser lésbica. As identidades “negra” e “lésbica” surgem num cenário de negação dessa mulher, que não encontra espaço e pertencimento, nem no movimento negro, nem no de mulheres.

⁵ O Grupo, ligado ao Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, foi criado e coordenado pelo Professor e historiador Luís Corrêa Lima, SJ e iniciou suas atividades em 2006. Este se dedicava a estudar, sobretudo, a complexa relação entre religião e homossexualidade, suas repercussões no espaço público e no exercício da cidadania. Busca-se mapear os conflitos existentes, elaborar reflexões, subsídios e apontar possíveis articulações para novas formas de convivência.

⁶ Crenshaw (2002); Brah (2006).

Durante muito tempo, a lesbianidade permaneceu no silêncio, na invisibilidade, não sendo mencionada. Certamente a omissão deste assunto não ocorreu por ingenuidade ou esquecimento. Ocultar a existência lésbica consiste na negação de sua subjetividade e na minimização de suas demandas.

Embora surjam algumas críticas em relação à fragmentação das identidades que tendem a operar no sentido de obscurecer ou de negar a proteção universal dos direitos humanos, o foco desta pesquisa não é problematizar tal questão, apesar de reconhecê-la como pertinente e saber que ela tangencia o “jogo das diferenças” (Gonçalves & Silva, 2006). Acredito, no entanto, que visibilizar a singularidade de alguns processos de opressão ou de discriminação interseccional não exclui a importância de uma luta compartilhada entre os movimentos sociais.

Portanto, o objetivo central desta dissertação é dar a conhecer experiências de mulheres negras lésbicas inseridas num cotidiano de enfrentamentos de preconceito, de discriminação e de violências. Por outro lado, para o Serviço Social, acreditamos ser uma contribuição significativa no que tange à intervenção profissional e a formação de novos (as) assistentes sociais desafiados no cotidiano da profissão, pelas interseccionalidades que se cruzam e dão lugar às novas desigualdades sociais.

1.3

Entre falas e “falos”: aproximações e entrada no campo

Desde antigos tempos e civilizações, o órgão genital masculino ganhou notoriedade e posição de poder. Na antiguidade, a imagem do falo era tida como sagrada tanto para gregos, romanos e outros povos. Assim, as falas em torno do “falo” cruzaram o ocidente e o oriente. Reconhecemos que os discursos impostos ao homem se legitimam pela virilidade, dimensões anatômicas e potência sexual.

Da mesma forma, este discurso gerou para a mulher uma construção cultural em torno do seu órgão sexual, sendo que a ela coube à vigilância constante da sua sexualidade através de instituições religiosas e sociais. A

vagina, ganhou ao longo do tempo, nomes e apelidos pejorativos que vão desde palavras supostamente engraçadas até abertamente desqualificadoras e ofensivas.

No documentário **Sou mulher, sou lésbica, sou brasileira**⁷, a fala de Heliana Hemetério, ativista lésbica, retrata bem a postura da sociedade quando a mulher rompe com esse papel a ela imposto: o de servir. Ela diz:

—“Como uma sociedade falocrática vai perdoar alguém que diz: ‘eu não preciso do seu pau pra ter orgasmo?’”.

Congregando falas, observações e relatos de experiências de quatro mulheres lésbicas que decidiram viver suas próprias escolhas, essa pesquisa nos levou a conhecer e a mergulhar no cotidiano vivido pelas colaboradoras. Para tal fim, traçamos os seguintes objetivos: 1) conhecer as diferentes trajetórias de algumas mulheres negras lésbicas ativistas do movimento LGBT a partir dos pontos-de-vista socioeconômico, político e cultural; 2) conhecer as possíveis experiências de preconceito/discriminação interseccional nas trajetórias pessoais das entrevistadas; 3) identificar dilemas enfrentados pelas mulheres negras lésbicas e conhecer suas estratégias de resolução; 4) discutir as especificidades de demandas destes sujeitos e sua relação com políticas públicas, e 5) identificar a importância da interseccionalidade presente na história das ativistas para a formação, o debate e as ações concretas do Serviço Social.

As quatro mulheres que colaboraram com esta pesquisa têm residência no município do Rio de Janeiro nas áreas do Centro, Zona Sul e Zona Norte. A escolha destas representantes da mulher negra lésbica que eu pretendia dar a conhecer levou em conta suas autodeclarações em serem negras e lésbicas como ponto de partida da minha reflexão e interesse; além de serem ativistas com representatividade no movimento de lésbicas com o recorte e perfil racial; pertencentes à faixa etária de 35 a 65 anos. Essa delimitação foi estabelecida por acreditarmos que a diferença geracional possibilitaria aproximações e conhecimento das experiências vividas em momentos pessoais, políticos, sociais e culturais diferenciados. O contato inicial e as aproximações aconteceram ao longo do ano de 2009 em eventos específicos da comunidade LGBT.

A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida por possuir instituições e projetos coordenados por mulheres negras lésbicas e em consideração ao primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), ocorrido em 1996 neste município.

⁷ Documentário de Vagner de Almeida (2009)

Esse encontro foi o primeiro do gênero no Brasil, realizado com o objetivo de se criar um espaço para tratar de questões específicas das lésbicas. Naquele ano foi instituído o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, fixado em 29 de agosto. Finalmente, a escolha do Rio de Janeiro representou um elemento facilitador em termos de tempo e deslocamentos para a pesquisa, embora eu reconheça a existência de outras ativistas negras lésbicas com representações significativas que se atuam politicamente a partir das intersecções de gênero, raça e orientação sexual em diversas cidades brasileiras.

Para entrar no campo, o caminho metodológico traçado foi de uma pesquisa essencialmente qualitativa, visto que essa perspectiva nos possibilitaria interpretar informações sociais de processos pouco conhecidos de grupos específicos. Escutar a fala dessas mulheres demandou a construção de uma entrevista semiestruturada e configurada a partir de quatro blocos centrais: a) trajetória política e pessoal; b) questão racial, de gênero e orientação sexual; c) preconceito e discriminação; d) políticas públicas e serviço social, com desdobramentos respectivamente elencados nas categorias: identidade, raça, preconceito e serviço social.

A fim de melhor compreender os achados do campo de investigação, recorreremos a alguns procedimentos metodológicos que contribuíram durante todo o processo de maturação e concretização da escrita. Buscamos uma revisão bibliográfica da literatura, como também o conhecimento de teses e dissertações do período de 2005 a 2009 nas áreas de serviço social, educação, história, antropologia, psicologia e saúde coletiva que abordassem a questão da homossexualidade feminina, raça e gênero. Foram feitas aproximações de bases documentais de registros de discursos proferidos em eventos, relatórios, *websites*, cartilhas e campanhas das instituições as quais as entrevistadas pertencem e órgãos correlatos.

A entrada oficial no campo me trouxe muitas expectativas e desafios. Eu conhecia o movimento muito mais pelo viés de gays e travestis/transsexuais que propriamente do universo das lésbicas. A partir de então, comecei a me aproximar participando de seminários, eventos diversos e encontros voltados especificamente para esse segmento. Tornei-me voluntária num grupo de mulheres na parada do Rio de Janeiro em 2009 e contei com o apoio e com as referências de amigos/as.

Para o tratamento dos dados obtidos procurei realizar uma análise hermenêutica-dialética, de maneira a possibilitar uma maior compreensão e

interpretação da realidade social. Estive inspirada pela perspectiva de Gil (2009, p. 14) que considera que a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

As quatro mulheres negras lésbicas colaboradoras desta pesquisa refletiram sobre suas identidades em termos religiosos e estéticos: com suas éticas e iconografias, para revelar um universo desconhecido ou, ao menos, pouco conhecido por muitas/os de nós. Em algumas tardes entre os meses de setembro e outubro de 2010 essas falas, ora semelhantes, ora diferenciadas, foram compartilhadas com o desejo de aproximar e articular o diálogo entre o movimento social e a academia. Continuidade: esse foi o pedido de todas elas. É importante salientar que a entrada de pesquisadores nos campos, muitas vezes, desperta desconfiança e resistência das lideranças e organizações, entendo que há uma coleta das informações e um descomprometimento com as devoluções e resultados da pesquisa.

Dandalunda⁸ é uma mulher negra, 37 anos, assistente social. Criada em uma família branca e afetuosa desconhece as faces do racismo. Sua voz é altiva, forte e sua fala empoderada. Fala de um lugar da mulher negra que “saiu do lugar do negro” fazendo referência à expressão da feminista negra Lelia González. Reconhece seu processo de pertencimento racial “antes e depois” da tomada de consciência e das amarras e obstáculos vividos de um racismo ainda que oculto. É alegre, fala sempre com um sorriso. Usa tranças nagô longas, as quais sempre estão sendo mexidas de um lado para o outro, pra cima... Num primeiro momento, só observava seus mínimos movimentos, seu corpo, seus gestos. No decorrer da entrevista pude perceber uma energia “candaceira” naquela mulher: o orgulho de ser quem era! Traduzi o seu gesticular do cabelo como a máxima afirmação da beleza estética da mulher negra. Aos 37 anos de idade ela vive o que considero “a hora da estrela”, pois fala em nome do coletivo de seus pares e no plural de muitos singulares.

Neusa de Xangô⁹ já nasceu guerreira. É professora aposentada. Mulher de muitas histórias e experiências. Vibra tal qual sua risada forte aos 64 anos. Comunicativa. Aquela que gosta de lançar “conceitos novos”, como costuma

⁸ **Dandalunda** é uma deidade feminina, de origem Bantu, que encarna o arquétipo da mulher jovem e bela e que utiliza a sua sexualidade como estratégia de sobrevivência.

⁹ **Xangô** é uma deidade masculina, de origem Nagô, que encarna o arquétipo do homem guerreiro, adulto maduro e líder político poderoso.

dizer. Mulher negra de muitas tranças, indumentárias e saberes. Premiada por ser mulher negra, premiada por ser lésbica, premiada como Cidadã Benemerita do Estado do Rio de Janeiro e pelos Direitos Humanos LGBT. Vai de um lado a outro sensibilizando, discutindo, refletindo junto com outras e outros. A frente de uma instituição que trabalha no combate a qualquer tipo de opressão e discriminação contra as mulheres, esbanja energia de quem não pára e não tem desejo de parar. Se mais tempo tivesse, mais tempo gostaria de me debruçar nos relatos extraídos de suas vastas andanças. Em alguns momentos é séria, em outros cômica. Sob a proteção de seu orixá, carrega no seu nome e na expressão do seu corpo, uma guerreira de soberania ímpar. Mulher essa que veio e faz história.

Ilnar, meu primeiro contato. Sempre sorridente, com um olhar meigo, uma fala afetuosa e receptiva. É uma mulher negra, 63 anos, estatura baixa e bibliotecária. As vestimentas, as cores e indumentárias revelam o seu empoderamento e o seu pertencimento às causas que defende. Estilo *rastafari*¹⁰ nos cabelos, é cheia de vigor e revela uma preocupação com a mulher lésbica na terceira idade. Fala de uma solidão específica vivenciada por muitas mulheres. Fala das doenças da alma... da solidão da terra, dos seus, da emocionalidade e da invisibilidade. Ela foi filha única e nasce num contexto onde experimentou situações marcadas por ser filha e neta de mulheres que viveram sob a égide de uma relação de trabalho em regime escravocrata. Teve mãe e avó empregadas domésticas. Vê nelas uma causa muito maior em romper com o círculo socialmente construído de reprodução de comportamentos para mulheres negras e pobres. Muito jovem aprendeu o sentido e o valor da independência e assumiu responsabilidades familiares. Conquistou uma autonomia econômica rara de mulher negra. Ingressou na universidade num período em que negras e negros no ensino superior não faziam parte dela, eram a exceção. Construiu uma militância que lhe rendeu uma vasta história de 37 anos de luta política. Seu nome aqui representado faz referência à mãe que trocou o suor do seu trabalho em prol de sua educação. Com muitas histórias e um olhar crítico, sentiu na pele o significado de ser mulher, negra e lésbica. Hoje, na idade adulta, continua driblando e enfrentando o preconceito e a discriminação. Ilnar tem uma calma destemida e corajosa. Lembra uma grande guerreira quilombola que ia à luta para vencer.

¹⁰ No universo dos salões esse termo é usado como sinônimo de *dreadlocks*.

Azaracá recebeu esse nome ao ser iniciada no candomblé. Tem um perfil de mulher forte e imponente. É uma mulher negra que, dentre as quatro, tem a pele mais clara. Voz segura e determinada, ora séria, ora gaiata, como mesma diz. Sua trajetória é repleta de histórias vividas na pele, nas relações familiares, no íntimo dos movimentos negro e LGBT. Não poupa críticas e fala de um lugar de quem não tem nada a temer. A militância contribuiu para seu empoderamento. A dedicação intensa e integral ao longo dos anos vem lhe rendendo hoje uma atenção e um cuidado especial com a saúde. Demonstra um cansaço resultante de uma luta que parece não ter fim. Aos 53 anos, técnica em agropecuária, hoje é articuladora nacional de um grupo de mulheres negras lésbicas. Foi Assessora de Diversidade e Inclusão da Superintendência de Direitos da Mulher no Rio de Janeiro (SUDIM / SEASDH – RJ) e deixa sua marca registrada por onde passa e fala. Ouvir Azaracá é esperar sempre por uma fala tocante. Fala que já percorreu alguns lugares dentro e fora do país. Aquela que muda com o tempo, faz dela um renovar constante. Impressiona com sua militância e olhar crítico de cada situação.

Essas quatro mulheres são o componente principal desta pesquisa. Suas experiências nos ajudaram a pensar o cotidiano e as demandas de tantas outras meninas lésbicas e, particularmente, lésbicas negras. Num tempo em que interesses coletivos, vistos como direitos humanos, são questionados à luz de discursos moralmente conservadores, a luta por dignidade humana, respeito e o direito à vida se torna urgente no campo das políticas e das relações sociais.

A questão da orientação sexual é um complicador a mais quando somado à raça e ao gênero. Falar de lesbianidade e negritude implica pensar em outras vulnerabilidades, uma vez que gênero e raça no Brasil são eixos estruturantes dos padrões de desigualdades e exclusão social.

1.4

Traduzindo em letras o que a realidade não conta

Esta dissertação está estruturada através de quatro capítulos temáticos que narram e articulam as experiências e o cotidiano de quatro mulheres negras lésbicas.

No primeiro destes, intitulado “Conhecendo esse sujeito: Mulher Lésbica” procurei trazer uma discussão a partir de um levantamento de pesquisas recentes que vem sendo realizadas sobre a homossexualidade feminina em distintas áreas. Segui a reflexão, abordando a construção da identidade negra e lésbica aos olhos das entrevistadas. Optei por realizar com as colaboradoras uma dinâmica com um espelho¹¹ como instrumento de auto-percepção dessas identidades. Encerrei o capítulo adotando uma perspectiva histórica do movimento homossexual com o recorte para o movimento de lésbicas ocorrido a partir da década de 1990 até os dias de hoje, visibilizando suas demandas e desafios.

O seguinte capítulo “Essa menina mulher da pele preta!” traz a questão racial na perspectiva pessoal de cada entrevistada. A estética aparece como um elemento importante no processo de construção do pertencimento e da identidade racial frente à ideologia do embranquecimento. A manipulação do cabelo, ainda na idade tenra, assinala os desafios futuros. Este capítulo dialoga com teóricas negras feministas e com novas pesquisadoras negras, que vem estudando a mulher negra em diversos contextos.

O terceiro destes capítulos, intitulado “Não me olhe como se a polícia andasse atrás de mim...” relata as experiências de racismo e de lesbofobia vivenciadas pelas entrevistadas; o encontro com as religiões de matrizes africanas como um espaço de aceitação da sexualidade e a homofobia imbuída nos discursos religiosos; os desdobramentos da violência oculta, expressa na invisibilidade, finalizando com uma reflexão a partir dos meus cadernos de campo de pesquisa sobre os caminhos e estratégias para enfrentamento do preconceito e da discriminação.

¹¹ A dinâmica será explicada no segundo capítulo.

O último capítulo temático, “Desafios para o Serviço Social: novos sujeitos, políticas e estratégias de intervenção” busca articular fundamentos teóricos e metodológicos do serviço social apropriando as reflexões de renomados teóricos do campo, a fim de lançar um olhar sobre a profissão e a formação de profissionais voltada a novos sujeitos e suas demandas.

Os autores que mais contribuíram neste percurso foram Lélia González, Matilde Ribeiro, Nilma Gomes, Neusa Santos, Jussara de Assis e Jurema Werneck, para tratar da mulher negra oriundas do feminismo negro. Buscando uma aproximação com o tema da homossexualidade, ganha espaço nessa pesquisa autoras e autores oriundos das ciências sociais, da saúde coletiva e do próprio serviço social, tais como: Maria Luiza Heilborn, Regina Facchini, Guilherme Almeida, João Góis, Marcelo Natividade, Luiz Mott, Carmen Dora Guimarães e Jaqueline Muniz. Finalmente, para dialogar com o campo da formação e prática do Assistente Social utilizei, principalmente, Marilda Iamamoto, Ney de Almeida, Potyara Pereira, Vera Telles, José Paulo Netto e Ana Vasconcelos.